

A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos,
São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Anny da Silva Linhares
Ronaldo Carneiro de Sousa
Diana Nathaly Monroy Piratoba



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim
Volume 22

A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos,
São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

*Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Anny da Silva Linhares
Ronaldo Carneiro de Sousa
Diana Nathaly Monroy Piratoba*

Embrapa
Brasília, DF
2020

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W5 Norte (final)
70770-917 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4700
Fax: (61) 3340-3624
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Embrapa Amazônia Oriental

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n°
Caixa postal 48
66095-903 Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845

Unidade responsável pelo conteúdo

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações
Presidente
Marília Lobo Burle

Secretária-executiva
Ana Flávia do N. Dias Côrtes

Membros

Antonietta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dusi; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Ingliš; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa

Editores técnicos da coleção
Roberto Porro
Anderson Cássio Sevilha

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (final)
70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4236
Fax: (61) 3448-2494
www.embrapa.br

Unidade responsável pela edição

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial
Alexandre de Oliveira Barcellos
Heloiza Dias da Silva
Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial
Waldir Aparecido Marouelli

Revisão de texto
Maria Cristina Ramos Jubé
Lara Aliano Farias da Silva Pereira

Normalização bibliográfica
Ana Flávia do N. Dias Côrtes
Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)

Projeto gráfico e ilustrações
Sílvia Moan

Diagramação e arte-final da capa
Leandro Sousa Fazio

1ª edição

1ª impressão (2020): 500 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n° 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho : Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA / Roberto Porro ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020.
62 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 22)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-75-4 (v. 22)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Linhares, Anny da Silva. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Piratoba, Diana Nathaly Monroy. VI. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VII. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5



Autores

Roberto Porro

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Aline Souza Nascimento

Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Anny da Silva Linhares

Turismóloga, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, coordenadora da Comissão de Territórios Tradicionais do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, São Luís, MA

Ronaldo Carneiro de Sousa

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA

Diana Nathaly Monroy Piratoba

Bióloga, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, consultora da Fundación Neotropical, Tunja, Colômbia





Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.





Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades do projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

Maria Cléria Valadares-Inglis
Chefe-Geral da Embrapa Recursos
Genéticos e Biotecnologia





Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou




uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.




Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas no estabelecimento rural da família de Maria do Socorro Batista Medeiros e Antônio Alves de Araújo, na comunidade Centro dos Cocos, município de São Luís Gonzaga do Maranhão. A família se destaca pelo reflorestamento, pela produção sustentável e agregação de valor por meio do processamento de frutas.

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

Raimundo Ermino Neto
Coordenador-Geral da Associação em
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





Sumário

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **19**

Reflorestamento,
conservação e produção **23**

Divisão de tarefas
no extrativismo **33**

Meios de vida **37**

Principais desafios e lições
aprendidas **43**

Referências **51**

Foto: Ronaldo Carneiro



O casal com os filhos Tiago, Ricardo, Diego, Daniele e Rodrigo.



Breve trajetória

Maria do Socorro Batista Medeiros (37 anos) e Antônio Alves de Araújo (51 anos) são casados há 20 anos e moram no Sítio Novo Horizonte, nome que deram a seu estabelecimento no povoado de Centro dos Cocos, localizado no município de São Luís Gonzaga do Maranhão. Dona Lila e seu Toinho, como são conhecidos na vizinhança, possuem três filhos: Diego, Daniele e Rodrigo. Ricardo e Tiago, filhos do primeiro casamento de seu Toinho, também passaram a morar com o casal. Atualmente, apesar de apenas Rodrigo residir com os pais, todos contribuem no planejamento e nas atividades da unidade familiar. Diego trabalha em outro município e contribui quando retorna, esporadicamente. Mas os demais constituíram família e fixaram residência na própria comunidade, mantendo o vínculo familiar.

Seu Toinho é nascido em Altamira dos Borbas, o maior dos povoados vizinhos a Centro dos Cocos. Dona Lila nasceu no Piauí e acompanhou os pais na migração para o Maranhão, em 1983, estabelecendo-se em Centro dos Cocos com apenas 2 anos de idade.


Centro dos Cocos integra o Projeto de Assentamento Três Setúbal. O assentamento resultou de intensa mobilização dos residentes pelo direito de acesso à terra no final dos anos 1980. Para tanto, várias ações de enfrentamento emergiram contra o pretenso proprietário, que os impedia de realizar suas costumeiras atividades produtivas na área.

As ações de resistência das famílias contaram com o apoio de organizações da Igreja Católica, como a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Luís Gonzaga do Maranhão. Após solicitar a intervenção do Estado, o processo culminou com o decreto de desapropriação de 7.646 ha (hectares) do imóvel Santo Antônio do Pindoval, ou Três Setúbal, assinado em julho de 1988. Foram necessários mais 3 anos até o início das ações de assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em 1991, foi criado o Projeto de Assentamento Três Setúbal, beneficiando 227 famílias, distribuídas em 17 povoados.

Foto: Ronaldo Carneiro



Vista do povoado de Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão.



A área total que cabe aos assentados em Centro dos Cocos é de 235 ha, distribuídos igualmente entre as famílias beneficiadas, e 7 ha são reservados como patrimônio. Atualmente, 19 famílias vivem no povoado, das quais sete famílias são assentadas. As demais são consideradas agregadas, geralmente filhos ou parentes dos assentados. De acordo com seu Toinho, o patrimônio funciona como uma espécie de “auxílio moradia”, e os filhos que se casarem terão direito de posse nessa área. No patrimônio, além das moradias e respectivos quintais, encontra-se um campo de futebol, uma igreja católica e uma área privada destinada para comemorações.

Desde 2001, a família de dona Lila vem buscando atuar com uma rede de organizações sociais, e é sócia da Associação Vencer Juntos em Economia Solidária (Avesol), da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís Gonzaga (STTR) e da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa), da qual ela é a atual presidente. Dona Lila também integra a Associação de Mulheres Trabalhadoras Quebradeiras de Coco do Município de São Luís Gonzaga (AMTQC). Seu Toinho atua como diretor da Assema desde 2017, e Ricardo, após concluir o estudo superior em Pedagogia da Terra por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea/UFMA), trabalha no Programa de Comercialização Solidária da Assema, assessorando grupos produtivos e famílias que buscam comercializar seus produtos em um mercado mais amplo.



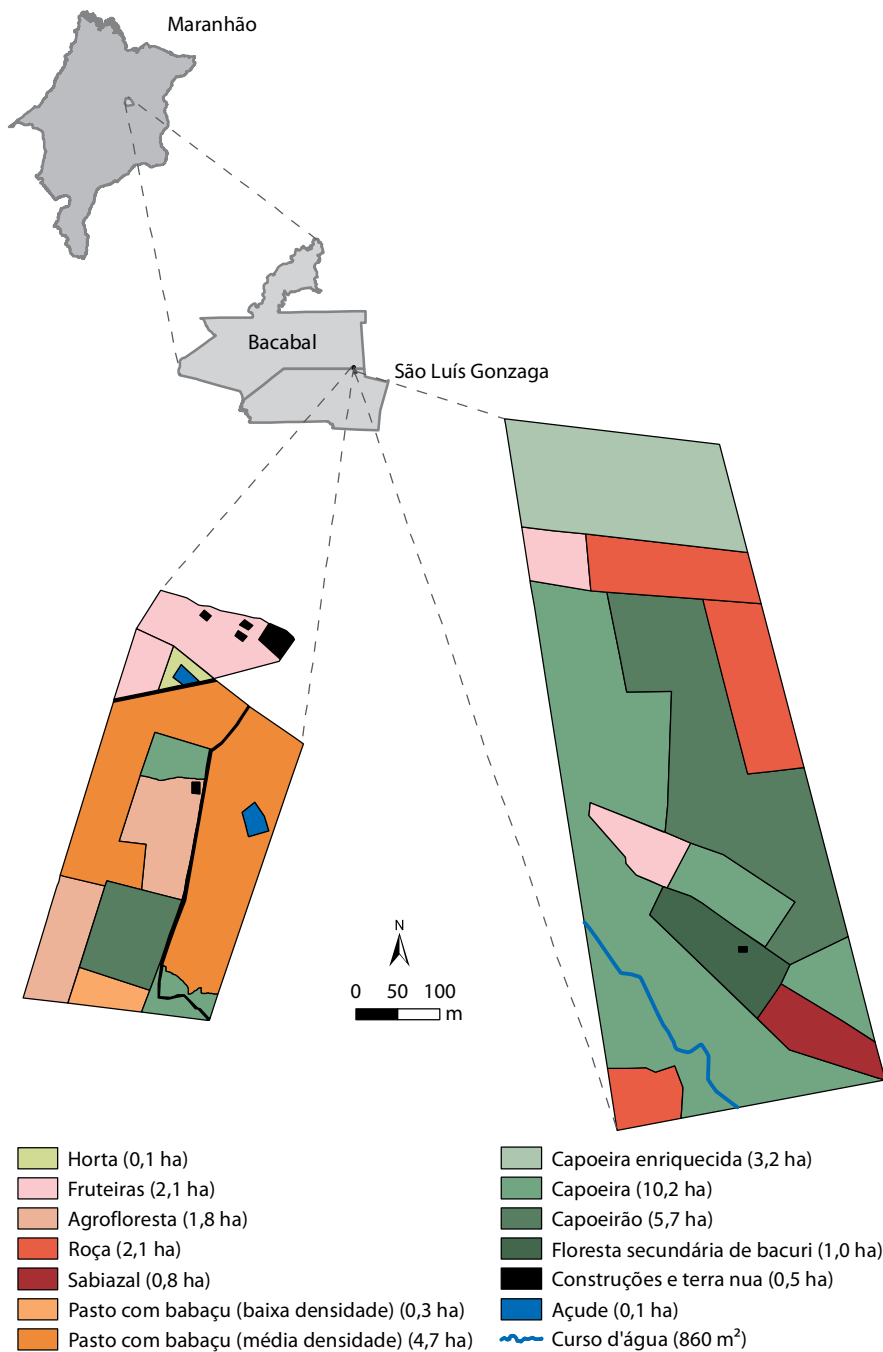




Estabelecimento familiar

Centro dos Cocos situa-se próximo ao limite de São Luís Gonzaga do Maranhão com os municípios vizinhos de Bacabal e Alto Alegre do Maranhão. Apesar de localizado em São Luís Gonzaga, a cidade mais próxima do povoado é Alto Alegre, distante 11 km. As terras da família somam 32 ha, localizadas em duas áreas distintas, que, de acordo com os limites utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estariam inseridas no município de Bacabal. A localização do estabelecimento e o uso da terra nessas áreas são ilustrados pelos croquis apresentados a seguir.

O primeiro croqui apresenta os 10 ha nos quais se situa a fração do patrimônio que pertence à família (1 ha), onde se encontram a habitação e as unidades de processamento de frutas, farinha e arroz, assim como o viveiro de mudas e as criações de galinhas, patos e suínos, além da horta e das árvores frutíferas plantadas no quintal, para consumo próprio. Os 9 ha restantes incluem pastagens de capim-mombaça destinadas à criação de caprinos, ovinos e gado bovino (duas vacas e um boi de carroça). A maior parte dessas pastagens apresenta densidade média de babaçu (30 a 60 palmeiras por hectare).



Localização e croquis das duas áreas que formam o estabelecimento familiar.

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Nesta primeira área, localiza-se também um açude, de 0,1 ha, para futura criação de peixes, e uma área de capim forrageiro (0,5 ha). Um sistema agroflorestal foi instalado com plantios de coqueiro da praia, mangueira, laranjeira e tangerineira, totalizando 1,8 ha. O restante dessa área é dedicada ao reflorestamento, à conservação e ao enriquecimento de 1,7 ha de capoeiras, por meio do plantio de espécies madeireiras e frutíferas.



Foto: Diana Monroe

Seu Toinho alimentando com milho a criação de aves da família.

Na outra área, de 22 ha, ilustrada no segundo croqui, distante 2 km do patrimônio, estão localizadas as terras onde a família costuma trabalhar com a roça tradicional, e a cada ano a família cultiva entre 1,6 ha e 1,9 ha. Essa área é coberta por capoeiras de diversas idades, entre as quais uma floresta secundária, onde ocorre a regeneração de árvores nativas de bacurizeiro. Apesar de ainda não estar produzindo, o bacurizal é zelado com muita atenção visando à produção futura.

Foto: Diana Monroe



Mandioca consorciada com abacaxi em área com palmeiras de babaçu.



Reflorestamento, conservação e produção

No geral, as famílias assentadas em Centro dos Cocos têm como principais atividades produtivas a criação de gado, o plantio de roça e a coleta e quebra de coco-babaçu, esta última realizada semanalmente em mutirão. Seu Toinho sempre se dedicou ao trabalho na roça, porém, somente após a união com dona Lila e o ingresso nas organizações sociais da Assema e Acesa, passou a desenvolver práticas agroecológicas. Em 2003, com a assistência técnica da Assema, começaram a substituir agrotóxicos por insumos orgânicos. Em 2008, iniciaram uma criação de caprinos e ovinos, e, em 2014, o processamento de polpa de frutas, que atualmente é a principal fonte de renda familiar.

O sistema de produção desenvolvido no estabelecimento integra diversas atividades, mas as principais são o reflorestamento com espécies madeireiras e frutíferas, a roça intensificada e o processamento de frutas.



Ovinos criados em uma das pastagens da família.

Para reflorestar as áreas degradadas, a família instalou um viveiro de mudas no estabelecimento. A produção de mudas é importante para o planejamento e manejo da área, além de se constituir em oportunidade de renda extra, pela sua comercialização¹. De fato, produzir mudas localmente surge como estratégia para reduzir custos de produção, diminuindo ou até evitando a compra destas. A produção de mudas em viveiro próprio viabiliza quantidade suficiente que possibilita o intercâmbio, doação ou venda.

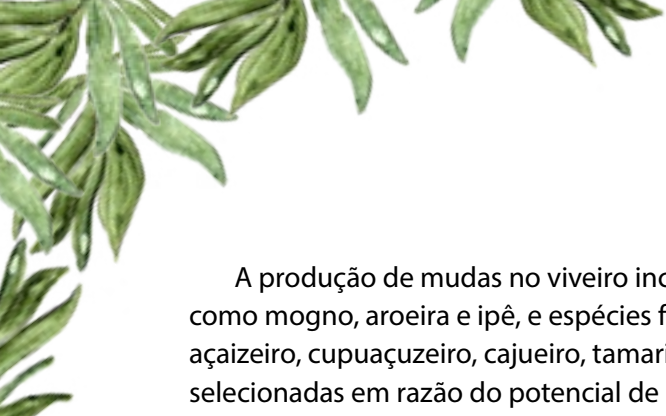
¹ **Dica de leitura:** a Embrapa Cerrados disponibiliza gratuitamente na internet o *Manual de viveiro e produção de mudas: espécies arbóreas nativas do Cerrado* (Oliveira et al., 2016).

A disseminação de mudas para vizinhos tem como objetivo aumentar o plantio de fruteiras no próprio assentamento, o que contribuirá para que a família tenha fornecedores locais para sua unidade de processamento de frutas e não necessite adquiri-los fora do povoado. De acordo com dona Lila, muitas frutas eram desperdiçadas por não terem nenhum aproveitamento. Porém, atualmente, as pessoas “têm o gosto, o prazer de vir deixar”. A família já comprou a produção de algumas das pessoas para as quais doaram mudas de aceroleira, goiabeira e cajueiro.



Foto: Ronaldo Carneiro

Viveiro de mudas da família.



A produção de mudas no viveiro inclui essências florestais, como mogno, aroeira e ipê, e espécies frutíferas como goiabeira, açazeiro, cupuaçuzeiro, cajueiro, tamarindeiro, ateira e aceroleira, selecionadas em razão do potencial de retorno econômico. As sementes são plantadas diretamente em sacos plásticos ou em canteiros onde germinam e se desenvolvem até serem mudadas para sacolas. Em virtude de as sementes de mogno acumularem água, um pano é utilizado para absorver a umidade. Dona Lila afirma que o processo é bem simples:

Pega o pano, espalha numa área e coloca as sementes em cima. Bota o canteirinho no chão. Bota ela em cima e bota o pano para cobrir e manter molhado, porque mesmo não molhando de manhã, ela conserva molhada até à tarde.

A adoção dessa técnica se dá porque, ainda de acordo com ela, “se botar na terra é capaz de ela aterrar muito, ficar muito acochada e a semente demorar muito a germinar”.

A origem das sementes é variada. Sementes de mogno, por exemplo, foram doadas por um parente, enquanto outras foram obtidas com a Assema, como o açaí de variedade melhorada, também distribuído para outras comunidades. No período seco, a família irriga as mudas duas vezes ao dia. Estas são transplantadas para o local do reflorestamento quando apresentam o tamanho apropriado, e as chuvas são frequentes.

A área de reflorestamento ou enriquecimento da capoeira possui 4 ha, na qual são cultivadas as espécies madeireiras e frutíferas produzidas no viveiro, além do bacurizeiro e outras nativas para produção de madeira. O foco inicial foi a preservação do bacuri e, por meio do desejo de preservá-lo, novas espécies têm sido inseridas e as existentes, conservadas.



Foto: Ronaldo Carneiro

Estudantes da Escola Família Agrícola realizando práticas de cultivo no viveiro de mudas da família.

O bacuri é espécie nativa cuja polpa do fruto é bastante valorizada no mercado. Presente nas florestas originais em locais de solos arenosos da região, o bacuri apresenta forma peculiar de reprodução: além das sementes, reproduzem-se por meio de brotações que nascem a partir de suas raízes². Em geral, os agricultores não se importavam em zelar pelas brotações que surgiam após a retirada da mata para o plantio de seus roçados, e, no ciclo seguinte, essas árvores novas de bacuri eram cortadas para o cultivo de outra roça.

² **Dica de leitura:** os pesquisadores José Urano de Carvalho e Alfredo Homma, da Embrapa Amazônia Oriental, coordenaram diversos estudos relacionados ao manejo de bacurizeiros nativos no nordeste do Pará, em situações semelhantes ao verificado em Centro dos Cocos. Dentre essas publicações está o *Manual de manejo de bacurizeiros* (Homma et al., 2010).



Área de regeneração de bacurizeiros a partir de brotações das raízes.

A prática de seu Toinho visa preservar os bacurizeiros para que formem pomares naturais e, com isso, tragam retorno econômico para a família. Assim beneficiam-se a natureza, pela conservação das florestas secundárias, e a família, sem dúvida, pelo uso dos frutos e da polpa a ser produzida.


O manejo da área a ser reflorestada está sendo desenvolvido por meio de três práticas diferentes. A primeira, iniciada em 2010, consiste em plantar espécies arbóreas com a roça, o que implica que a área não pode ser queimada no futuro. A segunda une o reflorestamento e a preservação em áreas com capoeira grossa (enriquecimento da capoeira). Finalmente, a terceira é representada pelo plantio, em 2010, de aproximadamente 2.100 mudas de sabiazeiros. Essas mudas foram trazidas de outros locais do estabelecimento, plantadas em linhas, numa área de capoeira, preservando palmeiras, pindovas e brotações do bacuri.



Foto: Aline Nascimento

Área de regeneração florestal no estabelecimento da família.

Até 2018, sem considerar os sabiazeiros, a família plantou mais de 1.200 mudas de essências florestais e frutíferas. Sua meta anual é o plantio de, no mínimo, 200 árvores de variadas espécies, tanto nos espaços da roça quanto nas áreas de recuperação ambiental. Entre 2017 e 2018, a família doou cerca de 300 mudas a agricultores que participaram de intercâmbios sediados no estabelecimento familiar e a moradores da comunidade. Uma das espécies mais procuradas é o mogno, plantado na beira dos caminhos. Seu Toinho explica que pretendem implantá-lo em todas as capoeiras onde realizam o cultivo da roça, porque “é uma forma de estar recuperando e estar agregando um valor a essa área, [...] tá agregando um valor futuro para isso”.



Outras espécies plantadas são as árvores nativas cumaru, maçaranduba, aroeira, pau-d'arco, caju e cajá, e as exóticas teca, tamarindo, acerola e jaca. Numa área de 0,16 ha próxima ao domicílio, foram plantados laranjeira, limoeiro e tangerineira consorciados com coqueiro da praia e abacateiro. Quando as mudas não se desenvolvem, faz-se o replantio, e, após a capina, o mato que estava ao redor da muda serve como cobertura para manter a umidade do solo e fornecer matéria orgânica para adubação.

Como estratégia para adequar seu sistema produtivo à oferta de mão de obra familiar, as culturas da roça são plantadas de maneira escalonada, de modo que a produção não ocorra toda ao mesmo tempo. O plantio consorciado e o emprego de técnicas agroecológicas como roças orgânicas são recentes e exigem esforço redobrado, pois, como afirma seu Toinho, “mudar de um sistema de produção de uma hora para outra, inevitavelmente vai gerar uma consequência. A gente está adaptando isso aos poucos, tentar produzir sem queimar”.

A família tem o cuidado de adquirir frutos de boa qualidade e sempre conversa com os vizinhos para sensibilizá-los em relação ao uso de agrotóxicos. Seu Toinho ressalta que também conversa com as crianças que vão entregar frutas na unidade de processamento, argumentando:

Sempre digo que essa fruta que estão me vendendo eu transformo em polpa, envio para a escola e amanhã ele pode estar consumindo ela. Se ele trouxer uma fruta contaminada para cá, amanhã ele mesmo pode estar ingerindo ela.



Transição Agroecológica

No processo de transição agroecológica, podem ser concebidos três níveis para conversão de sistemas agrícolas convencionais em agroecológicos, segundo Gliessman (2005). O primeiro se refere à redução de insumos externos, caros, escassos e impactantes ambientalmente, maximizando a eficiência das práticas convencionais. No segundo nível, ocorreria a substituição de insumos químicos sintéticos por insumos orgânicos e práticas alternativas. E, no terceiro, seriam redesenhados os sistemas produtivos para que passem a funcionar com base em um novo conjunto de processos ecológicos, sendo o expressivo aumento da biodiversidade um dos seus principais indicadores (Siqueira et al., 2010).



Foto: Aline Nascimento

Seu Toinho com frutos de cajá.





Divisão de tarefas no extrativismo

A prática do extrativismo do babaçu inclui juntar, transportar e quebrar o coco, fazer carvão e azeite, atividades notoriamente protagonizadas pelas mulheres, além da retirada de palhas, talos e do paú do babaçu, adubo orgânico resultante da decomposição natural do tronco de palmeiras caídas. O trabalho de juntar acontece entre julho e janeiro, período da safra do babaçu. Dona Lila é acompanhada por um dos filhos, que transporta os frutos para casa na carroça ou no animal de carga. Mas no período de “broque” da roça, em setembro, e durante a colheita do arroz, em maio, dona Lila junta o coco e quebra na roça, pois, nesses períodos de demanda intensa de trabalho, ela acompanha o marido para fazer o almoço.

Dona Lila quebra o coco ao longo de todos os meses do ano, conforme a disponibilidade do recurso. O azeite e o carvão do babaçu são igualmente produzidos ao longo de todo o ano, sendo que o seu Toinho também participa dessa última atividade.



Quebra do coco-babaçu em sistema de “troca de quilos”, no quintal de dona Lila.

Dona Lila quebra o coco com outras mulheres da comunidade, por meio de um regime de reciprocidade denominado “troca de quilos” de babaçu. Assim, se num dia ela quebrar 10 kg para uma companheira, no dia seguinte essa produz a mesma quantidade para ela. Os mutirões acontecem geralmente de setembro a dezembro porque, segundo ela, “é a época do coco começar a cair e se junta bastante”.

No período do inverno, também se quebra dessa forma, mas em virtude das chuvas o babaçu fica molhado e a produtividade do trabalho diminui. A quebra em mutirão só não acontece na segunda-feira “porque a segunda-feira se tira para juntar o coco”. Nessa atividade, participam os filhos e o marido, que vai à frente abrindo as veredas.

Das amêndoas do babaçu extraídas por dona Lila, uma parte é vendida no comércio local e outra é reservada para a produção de azeite para consumo familiar, que, por vezes, também é vendido.

Nos 12 meses anteriores à entrevista, a família comercializou cerca de 1.500 kg de amêndoas e 96 L (litros) de azeite, e produziu 36 L de leite de coco para consumo.

Do babaçu, ainda utilizaram 400 palhas e 32 latas de paú. Já o carvão, segundo ela, é mais frequente adquirir de outros do que vender parte de sua produção. A cada 15 dias, a família costuma fazer uma média de 12 latas de carvão em caieiras (forno para fabricar carvão, cavado no solo) no quintal da casa.



Foto: Aline Nascimento

Dona Lila mostrando o carvão produzido a partir das cascas do babaçu.

Na área da família, há muito babaçu, e, por isso, a coleta é feita, sobretudo, no próprio terreno, inclusive por outras quebradeiras, cujo acesso é assegurado pela Lei do Babaçu Livre que, em São Luís Gonzaga, foi aprovada por meio da Lei nº 319/2001. A prática extrativa evidencia os vínculos de solidariedade presentes nas comunidades rurais e os princípios vigentes nelas acerca do uso dos recursos naturais, como o coco-babaçu, que não deve ter seu acesso impedido. Essa percepção é expressa na fala de dona Lila ao afirmar que

[...] as companheiras, quando avistam alguma palmeira com muitos frutos, avisam as demais: ‘ei, passei lá naquela palmeira fulana de tal e tá arriadinha de coco lá, vai lá buscar’. Às vezes não junta porque não quis juntar ou porque juntou demais e diz: vou deixar um pouquinho aqui pra Lila ou outra companheira juntar.

Foto: Roberto Pono



Coco-babaçu, em local próximo ao roçado, pronto para ser transportado.

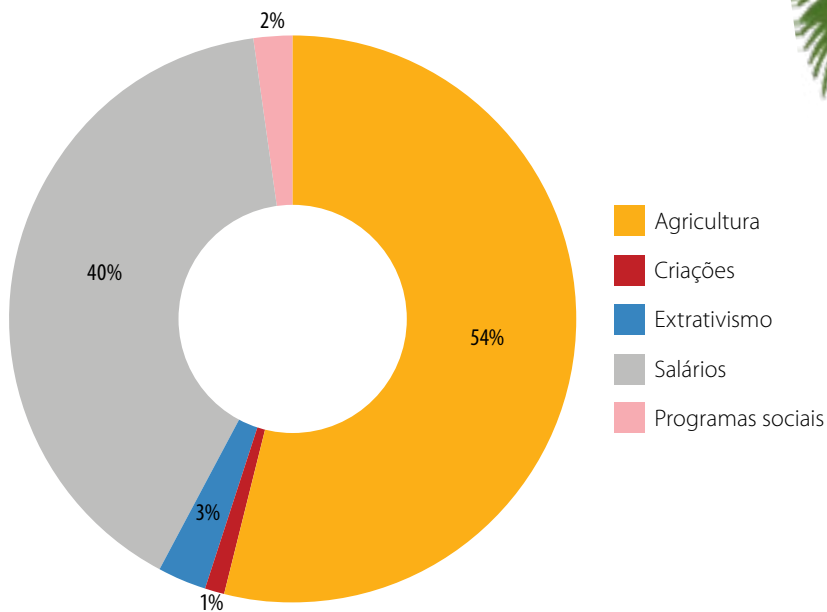


Meios de vida

O gráfico a seguir apresenta as principais fontes de renda monetária informadas pela família para o ano agrícola 2016/2017. A agricultura se destaca como a principal provedora, responsável por 54% do total anual obtido pela família. No segmento agrícola, a principal fonte de renda é a comercialização de polpa de frutas, repassadas a escolas pelos programas do governo municipal ou vendidas na própria residência. A atividade de processamento é feita, principalmente, por dona Lila e por seu Toinho.

Embora a produção de farinha de mandioca seja limitada, também constitui fonte significativa de renda monetária. Ainda nesse segmento, a família eventualmente comercializa hortaliças. Dona Lila participa de feiras em Alto Alegre e São Luís Gonzaga, onde vende polpa de frutas, assim como pães, geleias, massa de tapioca, massa de arroz, bolos e canjica. Esporadicamente ocorre a venda de animais criados no quintal, como aves, ovinos, caprinos e suínos, além de ovos. Registra-se também a venda de amêndoas de babaçu e, ocasionalmente, de azeite.

As taxas de uso da processadora de arroz e da casa de farinha contribuem com a renda familiar, embora em pequena proporção.

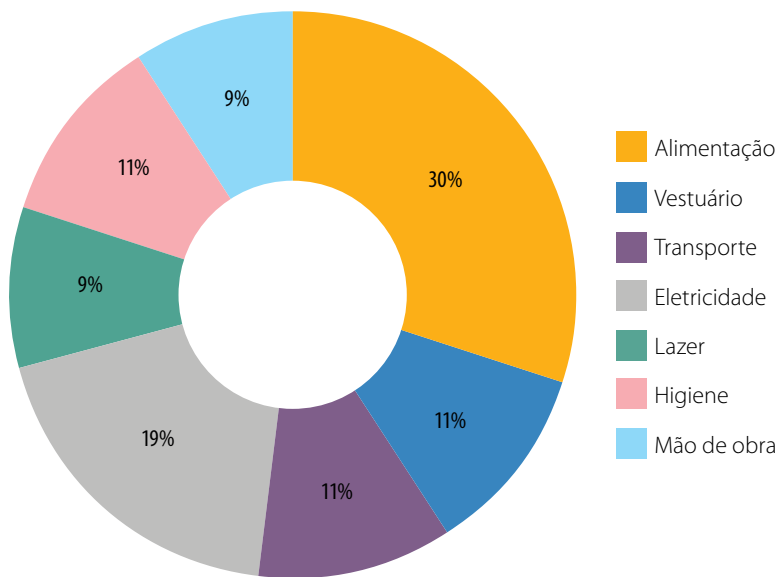


Fontes de renda monetária familiar.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

O gráfico anterior indica que, após a agricultura, a fonte de renda monetária mais importante consiste de salários. Na época da entrevista, esses salários foram recebidos por Ricardo, técnico da Assema. Tais rendimentos alcançaram 40% do total recebido pela família ao longo do ano.

Quanto aos gastos mensais informados pela família, relativos a setembro de 2017, mês anterior à realização da entrevista, o gráfico a seguir indica que a alimentação representou, naquele mês, 30% das despesas. Indica também uma distribuição bastante equilibrada entre os demais itens, incluindo energia elétrica, vestuário, transporte, higiene e cosméticos, lazer e mão de obra.



Gastos familiares.

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



Foto: Ronaldo Carneiro

Dona Lila e seu Toinho na unidade de beneficiamento de frutas.



Dona Lila com produtos agroecológicos do Sítio Novo Horizonte.

Com relação à alimentação, destaca-se que, no dia a dia, geralmente, são adquiridos apenas os gêneros não produzidos no estabelecimento. Caso a família não produzisse seus próprios alimentos, essa porcentagem seria muito mais alta. No ano anterior, a produção familiar chegou a 15 sacos (900 kg) de arroz, 12 sacos (720 kg) de milho, 36 kg de feijão e 40 kg de fava.

Muito importante para a alimentação da família são também as criações, que, no período da entrevista, incluíam 21 suínos e 200 aves entre galinhas, patos, perus e capotes. No tocante aos elevados gastos com eletricidade, destaca-se, além do consumo doméstico, a energia utilizada na unidade de processamento de frutas.





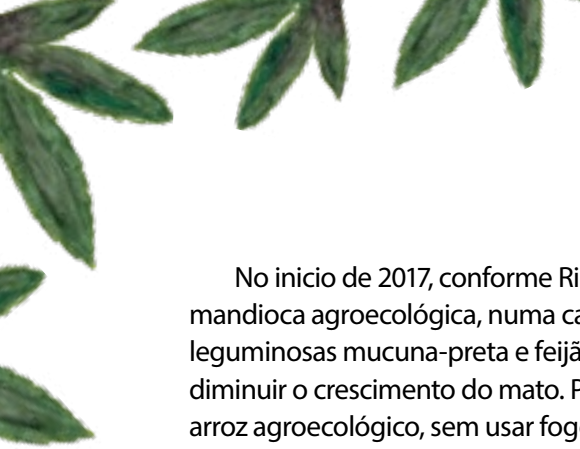


Principais desafios e lições aprendidas

Entre os desafios para a intensificação das atividades desenvolvidas pela família, encontra-se o fato de a mão de obra disponível não ser suficiente, sendo por vezes necessário o pagamento de trabalhadores diaristas. Esse motivo também impede o aumento da área de produção de arroz e milho, o que obriga a família a comprá-los de outros agricultores.

Outro fator que tem prejudicado os plantios, principalmente de frutíferas, é o abastecimento de água durante o período de estiagem. Com a redução das chuvas e a conseqüente diminuição da água das cacimbas, a irrigação é reduzida. A dificuldade de acesso à água prejudica a produção das espécies frutíferas que não resistem às altas temperaturas e à baixa umidade em períodos de estiagem, como o cupuaçu.

As mudas de algumas fruteiras são danificadas por fungos que atacam as folhas. Para controle, a família utiliza defensivos alternativos como sabão de coco-babaçu diluído em água. O solo arenoso, em alguns locais do estabelecimento, tem impossibilitado o plantio de banana. Além disso, a existência de áreas com solo muito úmido não favorece o plantio de mandioca, macaxeira e abacaxi.



No início de 2017, conforme Ricardo, a família cultivou 0,5 ha de mandioca agroecológica, numa capoeira de 1 ano. Introduziram as leguminosas mucuna-preta e feijão-de-porco para melhorar o solo e diminuir o crescimento do mato. Pretendem plantar 1,0 ha de milho e arroz agroecológico, sem usar fogo, fertilizantes químicos e agrotóxicos. Após semear as mesmas leguminosas nos dois primeiros anos, realizarão o plantio de arroz e milho em fileiras e, nas entrelinhas, introduzirão a crotalaria, para controlar a vegetação espontânea e, ao mesmo tempo, proporcionar adubação de cobertura por meio do corte dessa leguminosa na época de florescimento.

A família ainda não instalou uma unidade de processamento de frutos dentro dos padrões exigidos pela legislação fitossanitária e que atenda à demanda de produção de polpa. Considerando a demanda atual, seria necessária uma unidade em condições de processar 36 t (toneladas) de frutas por ano, o dobro da capacidade instalada atual.

Lei nº 13.648 (11/04/2018)

Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural:

A polpa e suco de frutas produzidos em estabelecimento familiar rural devem utilizar matéria-prima produzida exclusivamente no estabelecimento.

O procedimento para registro do estabelecimento e requisitos de rotulagem dos produtos serão simplificados.

A denominação dos produtos pode ser acrescida de uma das seguintes palavras: artesanal, caseiro ou colonial.

Devem constar do rótulo da embalagem: denominação do produto; nome do agricultor e endereço do imóvel rural onde foi produzido; número da DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); outras informações, conforme norma regulamentadora.

Fonte: Brasil (2018).

Como registrar unidades para produção de polpa de fruta

A solicitação de registro, segundo a Secretaria-Adjunta de Comercialização e Organização Produtiva do Governo do Estado do Maranhão, se faz por meio do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (Sipeagro), pela internet. O cadastro deve ser feito pelo representante legal ou responsável técnico.

Os documentos necessários para o registro do estabelecimento incluem:

- Formulário de registro de estabelecimento.
- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- Comprovante de Inscrição Estadual, quando aplicável.
- Contrato Social ou Ato Constitutivo, com a atividade do estabelecimento.
- Alvará de funcionamento, quando aplicável, expedido pela Prefeitura.
- Anotação de responsabilidade técnica (ART), ou equivalente, expedida pelo conselho de classe do Responsável Técnico.
- RG e CPF dos representantes do estabelecimento.
- RG, CPF e Carteira do Conselho de Classe do Responsável Técnico.
- Projeto arquitetônico (planta baixa e cortes).
- Memorial descritivo das instalações físicas e equipamentos.
- Manual de Boas Práticas de Fabricação.
- Laudo de análise físico-química e microbiológica da água a ser utilizada.
- Laudo de análise físico-química e microbiológica do produto, com as informações de acordo com os Padrões de Identidade e Qualidade para polpa de fruta, segundo a IN nº 01 de 07/01/2000 (Brasil, 2000).

Os documentos necessários para registro do produto incluem:

- Memorial descritivo do processo de fabricação do produto.
- Ficha técnica do produto.
- Laudo de análise físico-química e microbiológica do produto, com as informações de acordo com os Padrões de Identidade e Qualidade para polpa de fruta.

Foto: Aline Nascimento




Seu Toinho examinando lote de acerola a ser processado.

Foto: Aline Nascimento



Polpa de cajá armazenada em freezer da unidade de processamento familiar.



Outro desafio não menos importante é a dificuldade de manter os filhos trabalhando nas terras da família, pois o fato de a vida estar sempre apontando para novas direções os leva para outros lugares, afastando-os do estabelecimento.

Não há dúvidas de que as práticas agroecológicas desenvolvidas pela família ao longo do tempo têm despertado a consciência de proteção ambiental, não só entre os membros da família, como também entre os vizinhos. A participação em organizações como a Assema e Acesa assim como a formação dos filhos na Escola Família Agrícola têm contribuído na capacitação de jovens e adultos e num ambiente de forte responsabilidade social e ambiental. É notável a contribuição dos filhos no cotidiano da comunidade, onde, além de participarem de organizações de jovens, conhecem e relatam o histórico de luta pela terra e a importância da conservação ambiental.

Desde o ano 2009, o Sítio Novo Horizonte oferece oportunidades de estágio para inúmeros adolescentes e jovens das Escolas Famílias Agrícolas de Ensino Fundamental e Médio de várias regiões do estado. Em números, de junho de 2009 a julho de 2018, 110 jovens de seis EFAs de Ensino Fundamental e cinco de Ensino Médio já realizaram estágio no sítio. As vivências do estágio têm proporcionado trocas de experiência significativas, uma vez que os jovens conhecem as atividades da família e contribuem na implantação e no manejo diário. Ao mesmo tempo, sugerem alternativas a partir do conhecimento apreendido em sala de aula.

A comercialização das frutas foi outra forma encontrada pela família, enquanto agente multiplicador, para incentivar a comunidade a também realizar o plantio de frutíferas. Sem dúvida, esse é o grande diferencial da iniciativa familiar, uma vez que estendem a possibilidade para que outras famílias se

empoderem para avançar produtivamente e economicamente, aproveitando o grande potencial de mercado para frutas na região e, conseqüentemente, melhorando as condições de vida e trabalho.

A partir das oficinas e dos cursos de manejo ambiental realizados pelas organizações das quais é sócia, a família ampliou seus conhecimentos e os aplicou em sua propriedade, sobretudo com ações de reflorestamento que têm contribuído tanto para a diversificação do sistema de produção, quanto para a

Foto: Roberto Perro



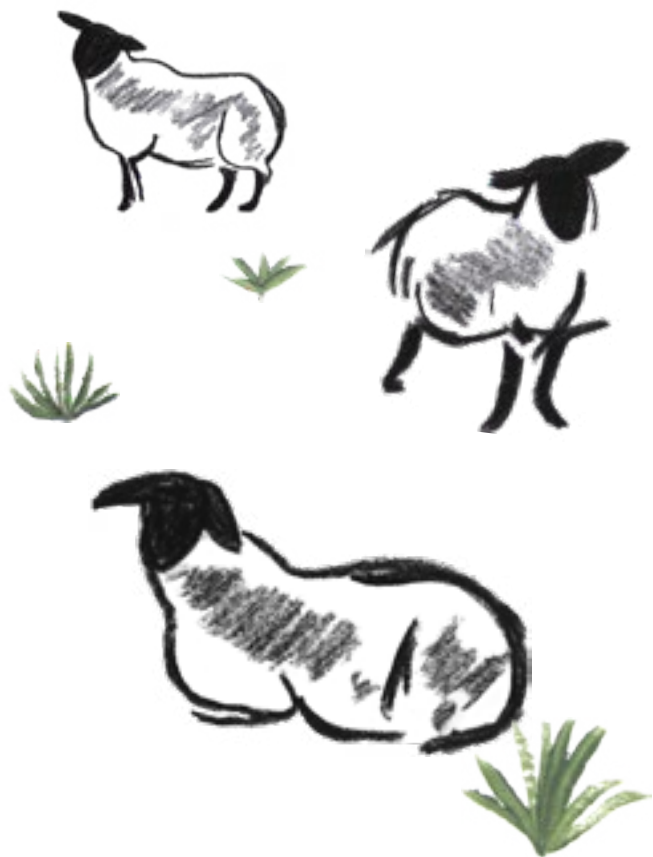
Refeição com arroz, feijão, farinha, galinha e suco produzidos localmente.

recuperação de extensas áreas e a proteção de fontes de água no estabelecimento e entorno. A progressiva substituição do sistema produtivo da roça pelo plantio de espécies madeireiras e frutíferas implica em deixar de utilizar o fogo, reafirmando que a família de dona Lila e seu Toinho representa um exemplo de bom manejo do ecossistema para a região.



Foto: Ronaldo Carneiro

Manejo de floresta secundária de bacuri.





Referências

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017.

[Pedreiras, MA: Assema], 2018. Relatório não publicado.

BRASIL. Lei nº 13.648, de 11 de abril de 2018. Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994. **Diário Oficial [da] União**, 12 abr. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13648.htm>. Acesso em: 7 out. 2019.

BRASIL. Ministério de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instrução normativa nº 01, de 7 de janeiro de 2000. Aprova o Regulamento Técnico Geral para fixação dos Padrões de Identidade e Qualidade para Polpa de Fruta. **Diário Oficial [da] União**, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 57.

HOMMA, A. K. O.; MENEZES, A. J. E. A. de; CARVALHO, J. E. U. de; SOUTO, G. C.; GIBSON, C. da P. (Ed.). **Manual de manejo de bacurizeiros**. 2. ed. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2010. 37 p. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/856015/1/MANUALMANBACURIZEIRO2ED.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2019.

OLIVEIRA, M. C. de; OGATA, R. S.; ANDRADE, G. A. de; SANTOS, D. da S.; SOUZA, R. M.; GUIMARÃES, T. G.; RIBEIRO, J. F. **Manual de viveiro e produção de mudas:** espécies arbóreas nativas do Cerrado. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2016. 124 p. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/141891/1/Manual-de-Viveiro-e-producao-de-mudas.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2019.

SIQUEIRA, H. M. de; SOUZA, P. M. de; RABELLO, L. K. C.; FERREIRA, R. de S.; ALVAREZ, C. R. da S. Transição agroecológica e sustentabilidade dos agricultores familiares do Território do Caparaó-ES. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 247-263, 2010. Disponível em: <http://orgprints.org/24532/1/Siqueira_Transi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 7 out. 2019.





Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Inovações na criação de pequenos animais

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



- Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves
Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

Processamento local de frutas, mandioca e leite

- Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho
Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo
Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA
- Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura
Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA
- Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses
Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato

- Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu
Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA
- Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

Contato

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: contato@bemdiverso.org.br

www.bemdiverso.org.br





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

Contato

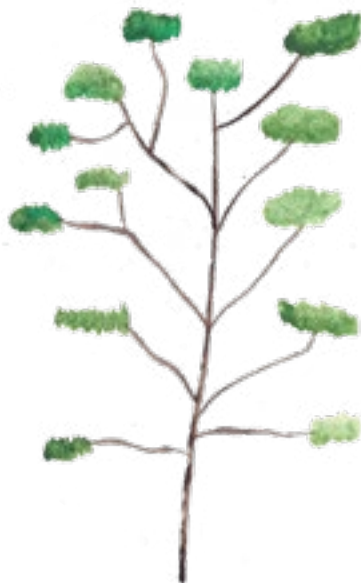
Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

www.assema.org.br





Impressão e acabamento





Patrocínio

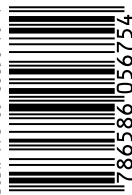


MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 978-65-86056-75-4



9 786586 056754

CGPE 15727